

MONOTEÍSMO CRISTÃO

Aproximação teológica

Prof. Dr. Lisaneos Prates

RESUMO

O monoteísmo é resultante da experiência religiosa no âmbito da fenomenologia das religiões mais antigas. O judaísmo, o cristianismo e o islamismo são as três configurações religiosas e históricas do monoteísmo. A tentativa da nossa reflexão é oferecer uma aproximação teológica ao conceito de monoteísmo numa perspectiva cristã. Trata-se de verificar como se pode afirmar, teologicamente, o monoteísmo cristão referenciado ao Mistério Trinitário num horizonte de diálogo ecumênico com o judaísmo e com o islamismo.

Palavras-chave: Monoteísmo, teologia, Revelação, Trindade.

ABSTRACT

The monotheism is resultant of the religious experience in the scope of the phenomenology of the antique religions. The Judaism, the Christianity and the Islamism are the three religious configurations and historical of the monotheism. The tentative of our reflection is to offer a theological approximation to the concept of monotheism in a Christian perspective. It is about to verify how can be affirmed, theologically, the Christian monotheism referenced to Trinitarian Mystery in a horizon of ecumenical dialog with Judaism and Islamism.

Key-words: Monotheism, theology, Revelation, Trinity.

INTRODUÇÃO

Ao nos ocuparmos do tema em referência não se pode perder de vista a complexidade do seu conteúdo acumulado ao longo do pensar teológico na história do cristianismo e, mesmo no âmbito da fenomenologia e da história das religiões. Por ser um tema extensamente grande, faz-se necessário delimitar o nosso enfoque, o qual estará circunscrito no intento de uma leitura, compreensão e interpretação do monoteísmo no horizonte do pensamento teológico.

Na extensão desta nossa reflexão queremos oferecer, na primeira temática, uma visão histórica do conteúdo que comporta o vocábulo monoteísmo, acumulado ao longo da história. Num segundo momento, trataremos de verificar em que medida o monoteísmo foi sendo elaborado como conteúdo da reflexão teológica propriamente dita, sobretudo, no horizonte da tradição ocidental católica. E, a modo de uma conclusão prospectiva, tentaremos apresentar um monoteísmo que quer ser inter, intra e trans-religioso num horizonte ecumênico.

I. HORIZONTE HISTÓRICO-TEOLÓGICO DO MONOTEÍSMO E SUA EXPRESSIVIDADE RELIGIOSA

O monoteísmo não é o único termo para se fazer uma aproximação à manifestação da religião como fenômeno voltado para as dimensões do sagrado no círculo da experiência humana ou antropológica do divino. Juntamente com o conceito de monoteísmo podemos falar também de henoteísmo, politeísmo, panteísmo e, mais recentemente, de panenteísmo¹ para referirmos a outras categorias, sem o intuito de mencionar todas.

¹ Sobre o conceito de "panenteísmo": "O Criador como Espírito (Spiritus Creator) fixou morada nos cosmos, participa de seus desdobramentos, sofre com as extinções massivas, sente-se crucificado nos empobrecidos do planeta Terra ('os gemidos inefáveis do Espírito' de São Paulo, Rm 8,26). Deus está presente no cosmos e o cosmos está presente em Deus. A teologia antiga expressava esta mútua interpenetração pelo conceito 'pericórese'. A teologia moderna cunhou outra expressão, o 'panenteísmo' (em grego: pan=tudo; en=em; theós=Deus). Quer dizer: Deus em tudo e tudo em Deus. Esta palavra foi proposta, pela primeira vez, por Karl Christian Frederick Krause (1781-1832), fascinado pelo fulgor divino do universo", BOFF, Leonardo. Ecologia. Grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 235.

A teologia ocidental cristã elaborada pela Igreja Católica é devedora da experiência religiosa do judaísmo configurado na tradição escrita do Primeiro Testamento, desdobrada no Novo Testamento. E, por isso, é de fundamental importância que ao falarmos de monoteísmo cristão, esta herança deixada pela cultura religiosa semita seja levada em conta como subjacente ao monoteísmo cristão no seu posterior desdobramento tri-unitário. No fundo, isto significa asseverar que não se pode falar do monoteísmo cristão como tipologia da experiência de Deus desvinculada da tradição judaica. Pensamos que o monoteísmo cristão é uma extensão diferenciada do monoteísmo judaico. E, mais, pensamos que o monoteísmo cristão que queremos enfatizar, é mais bem uma modalidade religiosa judeu-cristã. Mais adiante indicaremos o que significa a passagem histórico-religiosa-teológica que se verifica, de forma contínua e descontínua, configurada-reconfigurada-retransfigurada e, portanto, dialética e sintética, entre o judaísmo e o cristianismo.

No vasto e complexo cenário histórico-religioso do Primeiro Testamento o monoteísmo nascente se situa no âmbito da experiência religiosa do tipo **politeísta do sagrado**. Provavelmente é possível falar de um **politeísmo** mais arcaico que antecede à experiência monoteísta da Divindade, a qual vai se processando numa direção monoteísta. O politeísmo se caracteriza pela diversidade de deuses ou divindades, onde não se fala de Deus, mas, de deuses. No tratamento feito pela fenomenologia e filosofia religiosa a questão é colocada da seguinte forma:

O monoteísmo “como ‘o reconhecimento e a adoração de um deus único’, distingue-se da monolatria (culto de um só deus) e do henoteísmo (reconhecimento da supremacia de um só deus). Em sua *História natural da religião* (1767), David HUME² afirma que o politeísmo é mais antigo, e sua posição se tornou uso corrente; Wilhelm SCHMIDT³ (1912) sustenta contudo que o politeísmo é uma degenerescência do culto original de um só Deus. O ‘senso numinoso’ postulado por Rudolf OTTO⁴ **supõe**

-
- ² David HUME (1711-1776) nasceu em Edimburgo numa família da baixa nobreza escocesa.
³ Wilhelm SCHMIDT (1868-1954), sacerdote missionário do Verbo Divino, orientalista, etnólogo, lingüista e historiador das religiões.
⁴ Rudolf OTTO (1869-1937), teólogo luterano, orientalista e historiador das religiões. Publicou em 1917 sua obra mais conhecida “O Santo” – o início da religião se dá com a experiência do tremendo e fascinante.

uma deidade pouco determinada; Mircea ELIADE⁵ observa que o deus do céu (necessariamente único) é frequentemente considerado como o deus supremo, embora só se lhe preste um culto na última extremidade”.⁶

Sem querer entrar no conteúdo polêmico da relação entre **monoteísmo e politeísmo**, aqui nos interessa assinalar que na tradição do judaísmo histórico a concepção monoteísta de Deus nasce num contexto politeísta da experiência de deuses. O teísmo bíblico do Primeiro Testamento tem como formatação primeira um tipo de **henoteísmo** primário verificável na mediação da linguagem religiosa e da teologia elaborada pelas tradições dos Patriarcas e do Êxodo. Surge, aqui, a necessidade de uma aclaração sobre o conceito de henoteísmo:

Termo criado pelo orientalista Max MULLER (1823-1900) no contexto de pesquisas no âmbito fenomenológico das religiões. Em uma perspectiva evolucionista, ele concebeu como primeira forma de religião a veneração de uma única divindade entre as outras. Essa concentração em uma única divindade situa-se no plano do culto, ao passo que no plano da reflexão não se exclui a existência de outras divindades. A divindade especialmente venerada assume com freqüência as qualidades de divindade suprema. Parece, com efeito, que o henoteísmo é a única forma cultural concreta que é documentada em um ambiente de politeísmo”.⁷

Com o termo henoteísmo (grego: hén=um / theós=Deus) designa-se um fenômeno religioso situado no contexto do politeísmo onde a adoração de um Deus principal lhe conferindo todos os atributos dos outros deuses, o transforma no Deus único e pessoal somente no momento da adoração. A pessoa que ora, em outro contexto, pode dirigir-se com palavras semelhantes a outra divindade. Nisto está a diferença em relação ao conceito de “monolatria” e ao de “monoteísmo”.

⁵ Mircea ELIADE (1907-1986), principais expressões: homo religiosus, hierofania, sagrado, símbolo.

⁶ Cf., EDWARDS, Mark J. “Monoteísmo”. IN: LACOSTE, Jean-Yves. Dicionário crítico de teologia. São Paulo: Paulinas-Loyola, 2004, p. 1187.

⁷ Cf., AA.VV. Dicionário Teológico Enciclopédico. São Paulo: Loyola, 2003, p.333s.

Seguindo a linha teológica das tradições patriarcais referenciadas ao politeísmo ambiental, verificamos uma modalidade diversa na sua forma específica de conceber Deus. O Deus abraâmico é diferente dos deuses do politeísmo oriental. Eis a afirmação bíblica que se destaca:

“Josué reuniu todas as tribos de Israel em Siquém; convocou todos os anciãos de Israel, seus chefes, seus juízes e seus oficiais, que se colocaram ordenadamente na presença de Deus. Disse então Josué a todo o povo: **‘Assim diz lahweh, o Deus de Israel: Além do Rio habitavam outrora os vossos pais, Taré, pai de Abraão e de Nacor, e serviam a outros deuses’**” (Js 24,1-2). “Agora, pois, temeí a lahweh e servi-o com integridade e sinceridade; **lançai fora os deuses aos quais serviram os vossos pais do outro lado do Rio e no Egito**” (Js 24,14).

É neste ambiente de solenidade que este texto dá notícia da significativa passagem da experiência religiosa do tipo politeísta à tipologia da experiência do Deus monoteísta, denominado lahweh. Neste contexto primário da experiência religiosa dos patriarcas já encontramos uma tensão entre o Deus que se oculta e que se revela ao mesmo tempo. Ele é misterioso, universal e benévolo, senhor do mundo e da realidade criada, com o qual é possível estabelecer uma relação cúltica, já que, Jacó ergueu para ele um altar (Gn 33,20). Ele é um Deus histórico e favorável àqueles que lhe prestam culto (Gn 30,43). Esta teologia calcada na experiência religiosa patriarcal fará a identificação do Deus criador do mundo com o Deus da história.

O Deus que se revela na história é perceptível na mediação histórica do paradigma do êxodo e da aliança na perspectiva da teologia javista. Aqui “a teologia do êxodo e da aliança, típica do javismo mosaico, proclama um henoteísmo de fidelidade ética e de libertação histórica. A fé religiosa do povo hebreu se encontra na origem da experiência histórica de libertação da escravidão. Esta relação profunda entre transcendência religiosa e imanência salvífica, entre eternidade e história, típica do teísmo bíblico, implica uma concepção pessoal do sagrado, totalmente diferente de qualquer panteísmo naturalístico”.⁸ Se levamos em conta a concepção de uma pluralidade de deuses da modalidade politeísta na qual encontramos uma

⁸ Cf., PASTOR Félix. A lógica do inefável. São Paulo: Loyola, 1989, p. 96s.

compreensão difusa do sagrado, nesta tipologia monoteísta característica da experiência religiosa no Primeiro Testamento, nos deparamos com um tipo de experiência religiosa na qual Deus aparece como o resultado de um processo de personalização. Ou seja, Deus é pessoal e atua na histórica pessoal-comunitária de Israel.

A experiência religiosa nas diversas e complexas tradições do Primeiro Testamento vai acontecendo ao longo de um complexo processo evolutivo no qual vai se depurando ou se decantando o monoteísmo. Especificamente, o paradigma do êxodo e da aliança na mediação da linguagem e da expressividade teológica “comunica uma mensagem e um conteúdo informativo, já que neste arcaico henoteísmo está implicado o futuro monoteísmo da religião profética e da teologia sapiencial. O henoteísmo mosaico, porém, manifesta fundamentalmente a valência ética da relação religiosa, que torna o ato da afirmação de Deus um encontro fascinante e terrível com a divina realidade revelada e misteriosa, próxima e distante, enquanto se manifesta simultaneamente como Deus de confiança e como Deus de temor (Ex 20,18ss)”.⁹

Como conclusão prévia sobre o **monoteísmo** no Primeiro Testamento indicamos os seguintes pontos:

- 1º.) É provável que existam deuses ou poderes que regulam, simbolizam ou estruturam os fenômenos da realidade criada. No entanto, não são mais que deuses cósmicos, os quais não se confundem com o Deus pessoal, histórico, transcendente;
- 2º.) Esta concepção monoteísta de Deus implica uma concepção apocalíptico-escatológica da história calcada num tipo de esperança reconciliadora e plenificadora da história;
- 3º.) Deus é liberdade e transcendentalidade em plenitude existindo desde si mesmo como princípio e fim de toda a realidade existente. A criação é resultante de total gratuidade de Deus na sua total liberdade. Dito de forma lúdica: **a criação é um jogo amoroso cujo sujeito absoluto é Deus;**
- 4º.) Deus é diferente do tempo e do espaço que dinamizam o processo histórico. Aliás, tempo e espaço como expressão da totalidade do real são criaturas de Deus;

⁹ Idem, p. 98.

- 5º.) E, por fim, o Deus transcendente se dá a conhecer se revelando na imanência do dinamismo histórico na mediação real de um povo situado na própria dinâmica histórica.

II. PERSPECTIVA TEOLÓGICA DO MONOTEÍSMO CRISTÃO – DEUS COMO REVELAÇÃO DO SEU MISTÉRIO TRI-UNO

1. A revelação de Deus em Jesus Cristo e o monoteísmo cristão

O mistério desconhecido de Deus na tradição do monoteísmo cristão se revela na mediação histórica dos mistérios que caracterizaram a vida de Jesus Cristo. No linguajar da teologia cristã ele é o ápice da revelação de Deus, já que, nele se revela a plenitude divina de Deus e a plenitude humana do ser humano. Esta experiência, compreensão e interpretação teológica têm como ponto primário de referência o conceito de Revelação como extensão do conceito de hierofania ao conceito de teofania. Seguimos aqui a proposta compreensiva dos termos elaborado por Xabier Pikaza, teólogo espanhol:

Afirmação sobre o significado de hierofania: “A hierofania (de phania=manifestação, e hieros=sagrado) é própria das religiões cósmicas. Mais do que um Deus pessoal ou transcendente, se revela nelas o sagrado, a realidade originária. Em sentido extenso, tudo o que existe (sol e lua, céu e terra, água e fogo, nascimento e morte...) foi ou pode ser teofania, manifestação ou palavra religiosa”.

Afirmação sobre o sentido de teofania: “Teofania é a manifestação histórica de Deus nas religiões monoteístas (abraâmicas). Não evoca o sentido sagrado do cosmo, nem o valor profundo do espírito (divindade interior), mas a palavra e a vontade concreta do Deus transcendente, que se revela e se doa aos humanos. A teofania pode estar apoiada em sinais cósmicos, de tipo hierofânico (cf. Êxodo: sarça ardente, pragas, tempestade do Sinai), mas estritamente falando requer mediadores de tipo pessoal: somente é revelação plena a palavra daqueles profetas que iluminam e guiam os homens de maneira humana, capacitando-os a se realizarem de modo pessoal,

em comunicação mútua, conforme a Lei (Israel) ou o Alcorão (muçulmanos). Avançando nesta linha, os cristãos identificam teofania e encarnação messiânica”.¹⁰

Na trilha da relação entre teofania e encarnação messiânica a revelação de Deus configurada como monoteísmo cristão alcança a sua transfiguração definitiva em Jesus de Nazaré da Galiléia. Ele é o homem afirmado na fé dos cristãos como sendo Deus e, concomitantemente, a revelação de Deus na concretude da sua humanidade. O conceito de revelação de Deus neste sentido é ambivalente: vale dizer, no humano de Jesus Cristo se dá a transparência de Deus e na sua divindade se dá a transparência do ser humano. Assim, quanto mais humano mais divino e, vice-versa, quanto mais divino mais humano. Neste contexto é significativa a afirmação feita por Leonardo Boff:

“O homem Jesus de Nazaré revelou em sua humanidade tal grandeza e profundidade que os apóstolos e os que o conheceram, no final de um longo processo de decifração, só puderam dizer: humano assim como Jesus só pode ser Deus mesmo. E começaram então a chamá-lo de Deus. A partir deste momento, os Apóstolos, que eram judeus, deixaram de ser judeus para tornarem-se cristãos. O judeu possui como dogma fundamental de sua fé a absoluta unicidade de Deus. O Xemá (profissão de fé) que todo judeu piedoso recita duas vezes ao dia começa: ‘Ouve, Israel: O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor’. Ninguém pode estar ao lado dele, mesmo que esse alguém se chame Jesus de Nazaré ressuscitado”.¹¹

O grande horizonte que se abriu ao conceito teológico de Revelação foi inicialmente desenvolvido pelo Concílio Vaticano I (1870), na Constituição Dogmática Dei Filius – Sobre a fé católica –, a qual oferece pela primeira vez na história da Igreja Católica um especial tratamento sobre tal temática. Mas, é o Concílio Vaticano II (1962-65), que, posteriormente, elaborou uma compreensão e interpretação da Revelação num sentido cristológico e cristocêntrico, bíblico e histórico, salvífico e libertador, que em última instância,

¹⁰ Cf., PIKAZA, Xabier. Monoteísmo e globalização: Moisés, Jesus, Muhammad. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 174.

¹¹ Cf., BOFF, Leonardo. Jesus Cristo Libertador. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 131s.

aponta para a concepção cristã de Deus. Esta maneira de se conceber a Revelação aponta para aquilo que significa uma compreensão monoteísta de Deus na perspectiva da teologia cristã como hermenêutica do Primeiro Testamento tendo como chave de leitura o Novo Testamento.

O ponto de arranque é partir da relação existente entre a dinâmica histórica da Revelação e o cristianismo como reflexão que foi se configurando a partir da pessoa de Jesus Cristo e, elaborando uma específica concepção de Deus. Para tal seguiremos os seguintes pontos:

1º. UMA REVELAÇÃO EM DUAS ETAPAS

Neste ponto podemos perceber que a relação entre os Dois Testamentos pode ser mediada pela categoria **Revelação**. E, sendo assim, se a Revelação é um acontecimento histórico, tem um caráter cronológico evolutivo. O Primeiro Testamento corresponderia à primeira etapa histórica da Revelação de Deus e o Segundo Testamento corresponderia à segunda etapa. O evento histórico (mistério pasco-pentecostal) referenciado na pessoa de Jesus de Nazaré seria o ponto convergente dos Dois Testamentos. A Revelação aqui é entendida como a manifestação do mistério da salvação de Deus endereçada a todos os povos da terra.

2º. JESUS DE NAZARÉ, O PONTO CONVERGENTE DOS DOIS TESTAMENTOS

Logicamente que fazer tal afirmação só pode ser possível a partir do significado histórico do evento Jesus Cristo e, posteriormente, da compreensão por parte dos seus seguidores de dito significado. Podemos dizer então, que o texto já elaborado e escrito do Primeiro Testamento passa a ser compreendido a partir daquilo que Jesus Cristo falou e fez. Também é certo que o texto elaborado e escrito do Segundo Testamento passa a ser a expressão daquilo que Jesus Cristo falou e fez. Da compreensão dos Dois Testamentos a partir de Jesus Cristo, então, deriva a **interpretação autêntica** dos Dois Testamentos. Penso que esta seja a perspectiva daquilo que nos propõe a Constituição Dogmática do Vaticano II, Dei Verbum, A Revelação Divina.

3º. A REVELAÇÃO DIVINA NO ANTIGO TESTAMENTO (DEI VERBUM, 14-16)

O ponto de partida destes números é a afirmação de que a salvação de Deus está consignada no conjunto dos livros do Antigo Testamento a partir da experiência histórica da fé de Israel (cf. Dei Verbum, 14).

- **Motivo** da salvação de Deus: amor e desejo de salvar todo o gênero humano. É propriamente o sentido da inicial gratuidade de Deus justificada em si mesma.
- **Mediação** da salvação de Deus: escolhe por uma especial providência um povo para ser o mediador das promessas e através de Abraão (Gn 15,18) e de Moisés (Ex 24,8) faz **aliança**.
- **Modo** da salvação: a Israel é dado conhecer por experiência na fé os desígnios • da salvação de Deus por meio de mediadores como os profetas (cf. Sl 21,28-29; 95,1-3; Is 2,1-4; Jer 3,17).
- **Definição** do Antigo Testamento: é verdadeira palavra de Deus escrita como sendo o resultado da experiência da fé de Israel anunciada, narrada e explicada como princípio da economia da salvação de Deus.
- **Uso do conceito de Escritura**: o termo Escritura é usado para fazer referência única e exclusivamente ao Antigo Testamento para afirmar a inspiração e o valor perene do mesmo (para tal cita-se Rm 15,4). É importante notar que todas vezes que o Novo Testamento escrito usa o termo **Escritura** esta fazendo referência aos livros do Antigo Testamento, já reconhecidos como livros canônicos).

Outro ponto interessante é a afirmação da importância do Antigo Testamento para os cristãos (cf. Dei Verbum,15). Tal importância ainda é colocada a partir da Revelação como economia da salvação.

Definição do conceito de *“Economia da Salvação”*: o sentido é que a salvação de Deus obedece a etapas históricas as quais vão se encadeando de forma acumulativa/evolutiva dentro do dinamismo da própria Revelação na história. A partir do sentido da economia da salvação o AT cumpre o seguinte papel: + é preparação daquilo que se cumprirá em Jesus Cristo; + cumpre um papel de anúncio profético; + tem um função de preparação do

evento Jesus Cristo. Nesta linha é que se compreendem as grandes gestas históricas: aliança, lei, templo, sacrifícios, etc e, os grandes acontecimentos: êxodo, conquista, monarquia, exílio, restauração. É um tipo de contexto histórico anterior no qual se situa o aparecimento de Jesus Cristo como plenitude da Revelação (cf. DTF, 839-40).

- **A função** do Antigo Testamento: dentro da dinâmica da economia da salvação o Antigo Testamento **prepara e anuncia de forma profética** o evento histórico-salvífico Jesus de Nazaré. Esta afirmação tem como fundamentação alguns textos do Novo Testamento (cf. Lc 24,44; Jo 5,39; 1Pd 1,10; 1Cor 10,11). Aqui se retoma o método já utilizado pela teologia do Novo Testamento, a saber, citar a Escritura (AT) como texto escrito para se cumprir no mesmo NT.
- **Conteúdo** do Antigo Testamento: existe um conteúdo propriamente teológico, já que, conduz o ser humano ao conhecimento (experiência da fé) de Deus. Mas, também, conduz o ser humano ao conhecimento de si mesmo (nível antropológico).
- O Antigo Testamento: **transitoriedade e pedagogia divina**: o transitório é aquilo que condiciona o texto na dimensão da participação humana na sua elaboração. Isto, no entanto, não impede que o mesmo, na fronteira entre o divino e o humano, revele a beleza da pedagogia de Deus. É bastante significativo, portanto, a afirmação de que o Antigo Testamento revela Deus e o ser humano no seu mistério insondável.

Noutro ponto interessante vale a pena salientar a importância da **unidade** dos Dois Testamentos. Unidade não se confunde com uniformidade. Unidade é a riqueza da variedade de elementos que caracterizam os Dois Testamentos na sua real pluralidade. É, portanto, uma **unidade-pluriforme** (unidade expressada na pluralidade das formas).

- **Deus, inspirador e autor**: se radicalizarmos o sentido desta afirmação podemos dizer que o Primeiro e o Segundo Testamento estão no mesmo patamar de igualdade, já que, Deus é o inspirador e autor dos dois. Certamente que a diferença está nos fatos históricos que estão no substrato daquilo que o texto escrito quer expressar como sendo o resultado da relação reveladora entre Deus e o ser humano. Neste sentido é extremamente ilustrativa a

afirmação do Prólogo da Carta aos Hebreus: “*Muitas vezes e de modos diversos falou Deus, outrora, aos Pais pelos profetas [...] (cf. Hb 1,1)*”.

- **Unidade latente e patente:** os dois termos são utilizados para ilustrar a diferença na unidade entre os Dois Testamentos. Se o **Segundo** Testamento está **latente** no **Primeiro**, é porque este já é comunicação daquele. E se o **Primeiro** está **patente** no **Segundo** é porque este é comunicação daquele.
- **Interpretação** feita pelo Segundo Testamento em relação ao Primeiro: aqui o acento é colocado no método hermenêutico que aparece no texto escrito do Novo Testamento. A questão de fundo é de cunho teológica e o critério desta nova hermenêutica é Jesus Cristo, tido como a plenitude da revelação de Deus.
- O sentido da **Aliança abraâmica e mosaica** e o sentido da **Aliança em Jesus Cristo:** o testamento seria o resultado da ação de Deus que aliança Israel, conduzindo este povo a partir da pedagogia do amor a um conhecimento experiencial. Abraão e Moisés foram os mediadores. O testamento novo foi selado tendo como mediação o cordeiro que foi imolado como expressão definitiva da pedagogia amorosa do Pai (cf. Lc 22,20; 1Cor 11,25; Mt 5,17; Lc 24,27; Rm 16,25-26; 2Cor 3,14-16).

A Dei Verbum também afirma o Novo Testamento como ponto de partida da reflexão cristológica (DV 17-20). Nestes números encontramos a afirmação do significado do Segundo Testamento como expressão da plenitude da Revelação de Deus em Jesus Cristo.

- A Palavra de Deus em forma de **evangelho (DV, 17):** a categoria evangelho é a preferida agora para falar da excelência da manifestação do poder da salvação de Deus através dos escritos do Novo Testamento. Sendo assim, o termo evangelho faz referência ao conjunto de escritos do Novo Testamento (cf. Rm 1,16).
- **Promessa e cumprimento da promessa:** o binômio promessa-cumprimento passa a ser a chave de leitura para se compreender a relação entre o Primeiro e o Segundo Testamento. Para tal são citados dois textos paradigmáticos do Novo Testamento (cf. Gl 4,4; Jo 1,14).

- **Cristocentrismo da Revelação:** promessa-cumprimento passa a ser a via que leva a economia da Revelação ao seu ponto culminante que é Jesus Cristo. Indica-se o itinerário de tal culminância a partir dos seguintes referenciais: 1°.) *Estabelecimento do Reino de Deus na terra por Jesus Cristo*; 2°.) *Revelação da identidade do Pai e de sua própria identidade através de obras e palavras*; 3°.) *Mistério pasco-pentecostal, o qual conduz ao nascimento da Igreja*; 4°.) *O texto escrito do Novo Testamento acaba sendo a herança que testemunha tal itinerário* (para tal itinerário, cf. Jo 13,32; 6,68; Ef 3,4-6).
- **Algumas razões conclusivas:** existem algumas razões na ordem da ligação entre o Primeiro e o Segundo Testamento que acabam sendo determinantes na hora de se fazer tal análise.

Primeira razão interpretativa implícita: a expressão quer dizer que existe uma interpretação inerente feita pelo Novo Testamento em relação ao Antigo Testamento, cuja determinação é, sobretudo, teológica e cristológica, tendo em vista explicitar a plenitude da Revelação em Cristo Jesus (cf. Mc 1,14s; Lc 4,16-21; Mt 5,17.20.44-45; 6; 7).

Segunda razão teológica externa: esta razão teológica externa faz referência àquelas correntes teológicas que ao longo da história entenderam e interpretaram a relação entre o Primeiro e o Segundo Testamento a partir de uma concepção de Deus, mesmo que às vezes tal proposta tenha sido considerada equivocada pela Igreja. Uma das primeiras e mais conhecidas, é a tentativa de Marcião (teólogo gnóstico-cristão do séc. II), o qual identificou o Antigo Testamento com uma concepção de um deus mau, vingativo, identificado com o mundo criado e o Novo Testamento com uma visão de um deus bom, misericordioso e pai de Jesus Cristo. Sua proposta teológica era “desjudaizar” o Novo Testamento. Esta proposta foi considerada como sendo um caminho equivocado pela Igreja e, portanto, tida como herética.

Terceira razão orientativa: “No interior da Bíblia cristã as relações entre Novo e Antigo Testamento não deixam de ser complexas. Quando se trata da utilização de textos particulares, os autores do Novo Testamento recorrem naturalmente aos conhecimentos e aos procedimentos de interpretação da época deles [...]. Convém, enfim, acrescentar que no interior do Novo Testamento, como já no interior do Antigo Testamento, observa-se a justaposição de perspectivas diferentes e algumas vezes em tensão umas com as outras, por exemplo, sobre a situação de Jesus (Jo 8,29; 16,32; e Mc 15,34) ou sobre

o valor da Lei mosaica (Mt 5,17-19 e Rm 6,14) ou sobre a necessidade das obras para ser justificado (Tg 2,24 e Rm 3,28; Ef 2,8-9)” (cf. A Interpretação da Bíblia na Igreja. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 109s).

2. O MONOTEÍSMO CRISTÃO A PARTIR DA CONCEPÇÃO TRIÚNA DE DEUS

O trânsito histórico que se verifica entre a tradição monoteísta do Primeiro Testamento e a tradição também monoteísta do Segundo Testamento se radica de forma definitiva e determinante naquilo que no início da nossa fala chamávamos de passagem histórico-religiosa-teológica que se deu, de forma contínua e descontínua, configurada/re-configurada/re-trans-figurada e, portanto, dialética e sintética, entre o judaísmo e o cristianismo.

“Tendo considerado o horizonte religioso da esperança bíblica no Deus dos Padres e da aliança, do indo e da história, através do testemunho crente do henoteísmo arcaico e do monoteísmo explícito, deverá ser considerada a experiência religiosa do cristianismo primitivo, analisando a mensagem de Jesus e da comunidade primitiva, com suas diversas formas de explicitação literária e de proclamação teológica”.¹²

A figura histórica que ensejou esta novidade na experiência religiosa de Deus se denomina Jesus de Nazaré da Galiléia, cognominado o Cristo, o Messias.

No panorama amplo do cenário religioso podemos intuir e pensar num Deus referenciado e circunscrito na experiência religiosa marcada por representações míticas nas quais o mito recebe uma diversidade de formas. **Neste contexto falamos do Deus mítico**, sobretudo, das antigas religiões, tais como, mesopotâmica, egípcia e cananéia. Conforme o paradigma mitológico a divindade estaria identificada com a inconsciência cósmica num constante evoluir sem cessar em meio ao caos. Em Israel se dá uma desmitificação ou mesmo dessacralização dos deuses, ou ainda aquilo que se convencionou denominar atualmente como secularização na forma de se conceber Deus. Significa que Deus não pode ser identificado com nenhum princípio caótico,

¹² Cf., PASTOR, Félix. A lógica do inefável. São Paulo: Loyola, 1989, p. 110s.

pois, o caos é um tipo de energia difusa e informe. Também Deus não se identifica com a realidade cósmica procedente do caos. **Neste contexto assistimos a uma personalização histórica transcendente e imanente de Deus.** Pois bem, o monoteísmo cristão seria a última expressão religiosa de configuração progressiva de tal processo religioso enraizado na pessoa de Jesus Cristo. **Neste âmbito observamos um monoteísmo que se radica em Jesus Cristo como o representante de uma experiência encarnatória de Deus.**

Na relação entre a fé monoteísta e a fé monoteísta cristã determinada pela Encarnação e pelo Mistério Trinitário, mesmo dentro da tradição do cristianismo, não se dá sem a presença de alguns obstáculos a serem superados.

“O peso do monoteísmo, isto é, da afirmação da unicidade e unidade de Deus, é tão grande porque encontra razões de ordem histórico-social (a centralização própria do espírito moderno) e também de ordem religiosa (a organização das Igrejas a partir do princípio de autoridade) que continuamente o re-alimentam. Ao dizermos Trindade não queremos multiplicar Deus. Não afirmamos apenas a unicidade de Deus, mas insistimos na unidade das três Pessoas divinas. **Queremos professar que ela se dá no interior de uma absoluta comunhão.** O monoteísmo estrito pode justificar o totalitarismo e a concentração do poder numa única pessoa, seja política seja religiosa. Aqui se verifica uma curiosa dialética: **concepções autoritárias podem ocasionar a compreensão de um monoteísmo rígido, bem como a visão teológica do monoteísmo a-trinitário pode servir de justificação ideológica de um poder concentrado numa única pessoa, como o príncipe, o monarca e o líder religioso**”.¹³

É desde o decurso deste grande filão teológico que podemos falar do **Deus de Jesus Cristo num sentido monoteísta**, o qual está na gênese mesma do cristianismo e na sua configuração histórica como religião monoteísta. Para tal assinalamos os três seguintes pontos:

¹³ Cf., BOFF, Leonardo. A Trindade e a sociedade. Petrópolis: Vozes, 1987, pp. 29-39.

1º.) É um Deus que se revela na mediação definitiva da encarnação: Significa que, sendo um Deus diferente do ser humano como criatura, se humaniza dentro da história e, por isso, pode ser encontrado na própria dinâmica intra-mundana e intra-histórica;

2º.) É um Deus de transcendência trinitária: Vale dizer, sua realidade última se constitui na sua própria imanência trinitária – dimensão ad intra;

3º.) É um Deus de imanência trinitária que se revela na história: Ou seja, sua transcendência ad intra constituída na sua imanência trinitária se desvela como economia trinitária na imanência da história – dimensão ad extra.

Em parte esta nossa perspectiva se inspira na definição da identidade do Deus cristão como **trindade imanente e trindade econômica** elaborada pelo teólogo alemão KARL RAHNER (1904-1984), a qual passou a fazer parte do patrimônio da reflexão teológica das últimas décadas. Eis a definição rahneriana a qual começa com uma pergunta e, sua novidade:

“Que significa para o tratado ‘De Trinitate’ a suposição ou a afirmação da tese de que a Trindade econômica é a imanente e vice-versa?”

O encaminhamento da questão é feito por Rahner afirmando a radicalidade do mistério da Encarnação como a mediação histórico-salvífica através da qual a Trindade imanente se revela em definitivo como Trindade econômica.

Primeira afirmação: “O Pai é ‘per definitionem’, enquanto sem-origem, o fundamento invisível que justamente se revela e aparece dizendo ao mundo sua Palavra que ‘per definitionem’ é, intra-divina e economicamente, a revelação do Pai. De tal modo que uma revelação do Pai sem o Logos e sua Encarnação seria o mesmo que um falar sem palavra”.

Segunda afirmação: “A Encarnação pode ser concebida como uma relação econômica para com o mundo, própria de uma pessoa divina. E com esta relação está dada a possibilidade de uma comunicação real de toda a Trindade como tal ao mundo

no acontecer salvífico, ou seja, uma identidade da Trindade econômica e imanente”.

Terceira afirmação: “As três auto-comunicações são a auto-comunicação do Deus uno numa forma triple e relativa em que Deus subsiste. O Pai se nos doa, portanto, também a nós enquanto Pai, isto é, justamente declarando-se na mediação de sua comunicação ao Filho, afirma o seu amor personalizado no Espírito Santo”.

Quarta afirmação: “Deus se comporta conosco trinitariamente e justamente este comportamento trinitário, livre e gratuito, para conosco não é só uma imagem ou uma analogia com a Trindade imanente, senão ela mesma, livre e comunicada por graça. O comunicado é justamente o Deus trino e pessoal e, do mesmo modo, a comunicação feita à criatura acontecida livremente pela graça, só pode acontecer na maneira intra-divina da comunicação que vai do Pai ao Filho e ao Espírito Santo”.¹⁴

Na esteira da proposição teológica rahneriana observamos que no cristianismo nos deparamos com a **imanência trinitária** como axioma teológico a priori do monoteísmo cristão. Vale dizer, em Deus existe uma dimensão trinitária, a qual indica que a expressão teológica **monoteísmo cristão** não se identifica com um tipo de **princípio monárquico fechado** presente na sua **identidade ad intra**. E mais, o monoteísmo cristão não aponta que exista em Deus um **princípio monádico**, quero dizer Deus não é uma “mônada” mergulhada nos recônditos de sua solidão isolada. Mas, o princípio do **monoteísmo cristão coincide com o princípio da comunhão em Deus na sua dimensão de imanência e economia trinitária**. Este princípio referenciado a uma radical e primigênia comunhão em Deus foi belamente proposta por Leonardo Boff:

“No princípio está a comunhão dos Três, não a solidão do Um. Precisamos passar da solidão do Um à comunhão dos divinos Três, Pai, Filho e Espírito Santo. No início está a comunhão entre vários, a riqueza da diversidade, a união como expressão da entrega e doação de uma Pessoa divina à outra. Se Deus

¹⁴ Para estas afirmações ver: RAHNER, Karl. Escritos de Teología (Vol. IV). Madrid: Taurus Ediciones, 1962, p. 126ss.

significa três Pessoas divinas em eterna comunhão entre si, então devemos concluir que nós também, seus filhos e filhas, somos chamados à comunhão. Somos imagem e semelhança da Trindade”.¹⁵

Desta concepção teológica de uma imanência e economia trinitária presentes no mistério de Deus, podemos asseverar que o monoteísmo cristão aponta para uma modalidade do tipo uno-trinitária. Esta configuração relacional ad intra ou imanente poderia ser definida da seguinte forma a partir de sua dimensão de UNIDADE – no horizonte de um monoteísmo trinitário:

“A linguagem ortodoxa professa sua fé no único Deus Pai onipotente, criador da realidade visível e invisível do universo, identificando, assim, contra os dualistas gnósticos, o Deus criador da antiga aliança com o Deus salvador e Pai misericordioso da nova aliança. O Deus infinito e incompreensível, eterno e ingênito, santo e onipotente, é identificado com o Pai do Filho eterno e divino e com o inspirador ativo do Espírito Santo, como princípio sem princípio e origem sem origem da vida intra-divina ‘imanente’ e da ‘economia’ da história salvífica, defendendo sempre a unidade da divina monarquia, coexistente com a triplicidade hipostática e com a igualdade interpessoal na única essência divina indivisa”.¹⁶

Segundo a proposição desta definição na realidade imanente do Mistério Trinitário encontramos **um princípio fontal referenciado à pessoa do Deus Pai**, o qual é compreendido na **relação de igualdade substancial** com as outras pessoas, a saber, o Filho e o Espírito Santo. Num outro sentido, também podemos falar de uma **relação diferenciada na singularidade de cada Pessoa**.

Ao longo desta nossa reflexão o nosso propósito foi afirmar o **monoteísmo cristão ou monoteísmo trinitário** como sendo uma forma de conceber Deus aberta às outras tipologias monoteístas. A adjetivação cristã que quisemos aplicar ao monoteísmo quer indicar que o mesmo tem uma identificação própria radicada na experiência religiosa de Jesus de Nazaré da

¹⁵ Cf., BOFF, Leonardo. A Santíssima Trindade é a melhor comunidade. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 23ss.

¹⁶ Cf., PASTOR, Félix. Op. cit., p. 149.

Galiléia. Ele é para nós cristãos a cifra da finitude humana como possibilidade definitiva de acesso à Infinitude de Deus, sendo estas duas dimensões de finitude e infinitude circunscritas no mistério de sua encarnação cunhada de forma inimitável na inaudita expressão joanina: «Kai ho logos sarx egeneto kai eskênôsen en hêmin = E o Verbo se fez carne e habitou entre nós» (Jo 1,14a). No transfundo das nossas considerações a **concepção monoteísta de Deus** acontece na finitude da criatura humana aberta à infinitude do mistério transcendente do próprio Deus.

CONCLUSÃO

O monoteísmo cristão é eminentemente trinitário, já que, na tradição cristã é eminentemente trinitária a Revelação de Deus. Compreender o monoteísmo cristão em referência ao Mistério Trinitário significa dizer que ele é uma mediação excelente e ampla no que concerne à experiência religiosa. O monoteísmo como tal, é mais abrangente do que uma experiência religiosa configurada e institucionalizada como um tipo de religião, pois, não só podemos falar de monoteísmo, mas, “monoteísmos”. Assim, o monoteísmo vai além da religião. O monoteísmo é mais abarcante do que uma denominação religiosa, pois, esta ao elaborar sua formalização particular na mediação da fé, pode ser que não traduza suficientemente o seu conteúdo. O monoteísmo é sempre mais amplificado do que a elaboração histórico-doutrinária típica das religiões. O monoteísmo possui uma largueza que extrapola os limites doutrinários. Porém, o monoteísmo é sempre comunicado através da religião, das denominações religiosas e de suas definições doutrinárias. Este alcance criteriológico do monoteísmo faz com que ele não seja fossilizado ou enclausurado no limite das definições doutrinárias. Numa ordem crescente diríamos que a doutrina, a denominação religiosa e a religião devem ser instâncias que prestem um serviço ao desabrochar do diálogo inter e intra-religioso referenciado às três grandes modalidades do monoteísmo histórico: judaísmo, islamismo e cristianismo.

Poderíamos pensar esta articulação na referência a um tipo de ecumenismo monoteísta sempre aberto às outras expressões religiosas nos seguintes passos:

1º.) “A criatura inteligente se manifesta, assim, como uma finitude aberta ao Infinito, que, simultaneamente, se revela como

santidade e bondade incondicionada. O Deus distante e transcendente se torna o Deus imanente e próximo”.

Neste primeiro passo trata-se de colocar a experiência religiosa no seu devido lugar, vale dizer, ela acontece na mediação antropológico do sujeito humano, o qual a representa no limite de sua finitude aberta à incondicionalidade do mistério transcendente e sagrado de Deus.

2º.) O Deus metacósmico da criação se revela como o Deus intra-histórico da salvação. O Deus criador da natureza é também o Deus aliado na história. Por sua vez, o Deus revelado na fé de Israel e na esperança cristã é também o Deus buscado nas religiões históricas e na religiosidade humana.

Num segundo passo, diríamos que a afirmação monoteísta da identidade reveladora de Deus seria uma mediação comum às diversas tradições religiosas, sem que, portanto, o monoteísmo fosse reduzido a uma experiência fossilizada e bitolada da grandeza de Deus.

3º.) Deus é, pois, uno e único e absolutamente singular. O axioma do monoteísmo conserva toda a sua vigência: só Deus é Deus! Só o Senhor reina! O monoteísmo monocrático proclama a absoluta singularidade da divina monarquia sobre a natureza e a história, sobre a ética e sobre a religião”.¹⁷

Na linguagem da teologia cristã seria a possibilidade de poder fazer alusão a uma dimensão indizível, inefável, numa palavra “apofática” em relação a Deus, presente em todas as tradições religiosas, as quais, no seu transfundo mais original tocaria sua identidade propriamente monoteísta. E para concluir com esta linha do pensar teológico, queria terminar citando um teólogo norte-americano professor na Universidade de Chicago chamado David Tracy, o qual afirma: “No judaísmo, no cristianismo e no islamismo, o monoteísmo é uma categoria religiosa antes de ser uma categoria filosófica. Realmente, mesmo na própria teologia, o monoteísmo soteriológico é anterior a todo monoteísmo dogmático e fundamento do mesmo. Para o judeu, o cristão e o muçulmano a fé monoteísta é fundamentalmente um dom de Deus: o dom da auto-revelação de Deus. Para os fiéis judeus, cristãos e muçulmanos o monoteísmo é fundamentalmente dom, graça, fé: *credere*

¹⁷ Idem, p. 166.

Deum Deo – crer em Deus através da auto-revelação do próprio Deus: na aliança com o povo de Israel; no Alcorão dado ao profeta Maomé; na pessoa de Jesus Cristo”.¹⁸

Prof. Dr. Lisaneos Prates
Professor na Pontifícia Faculdade de Teologia
N. Sra. da Assunção/SP.

BIBLIOGRAFIA

- BOFF, Leonardo. A Trindade e a sociedade. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BOFF, Leonardo. Jesus Cristo Libertador. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BOFF, Leonardo. A Santíssima Trindade é a melhor comunidade. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BOFF, Leonardo. Ecologia. Grito da terra, grito dos pobres. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- EDWARDS, Mark J. “Monoteísmo”. IN: LACOSTE, Jean-Yves. Dicionário crítico de teologia. São Paulo: Paulinas-Loyola, 2004.
- RAHNER, Karl. Escritos de Teología (Vol. IV). Madrid: Taurus Ediciones, 1962.
- PASTOR Félix. A lógica do inefável. São Paulo: Loyola, 1989.
- PIKAZA, Xabier. Monoteísmo e globalização: Moisés, Jesus, Muhammad. Petrópolis: Vozes, 2004.
- RAHNER, Karl. Escritos de Teología (Vol. IV). Madrid: Taurus Ediciones, 1962.
- TRACY, David. “O paradoxo dos muitos rostos de Deus no mono-teísmo”. IN Revista Concilium 258 (1995).
- PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. A interpretação da Bíblia na Igreja. São Paulo: Paulinas, 1994.
- AA.VV. Dicionário Teológico Enciclopédico. São Paulo: Loyola, 2003.

¹⁸ Cf., TRACY, David. “O paradoxo dos muitos rostos de Deus no mono-teísmo”. IN Revista Concilium 258 (1995), p. 42.